

**HISTÓRIA DA FILOSOFIA E HISTÓRIA INTELLECTUAL DA FILOSOFIA**  
**HISTORY OF PHILOSOPHY AND INTELLECTUAL HISTORY OF PHILOSOPHY**

Flávio Dantas Martins<sup>1</sup>  
Professor de História  
Universidade Federal do Oeste da Bahia  
Doutorando em História  
Universidade Federal de Goiás  
flaviusdantas@gmail.com

**Texto recebido em:** 13/06/2019

**Texto aprovado em:** 15/07/2019

Resenha de DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

O livro de Ivan Domingues, professor da UFMG, *Filosofia no Brasil*, se debruça sobre um tema que vai muito além do campo da filosofia, embora lhe seja caro, o da formação de uma filosofia no Brasil. Mais precisamente, trata-se de uma história intelectual da filosofia no país - já que história da filosofia costuma designar uma disciplina da própria filosofia. Ao mesmo tempo, ao levar em conta a longa duração da vida intelectual brasileira, ao tratar do legado colonial na cultura brasileira e da persistência da colonialidade - conceito que não está no livro - nas atividades filosóficas, o livro extrapola em muito os interessados na filosofia em sentido estrito e é leitura obrigatória para todos os interessados na história da cultura brasileira, especialmente no tocante ao tema, que há meio século era chamado de questão nacional.

O livro está dividido em seis passos. O primeiro trata de questões metodológicas: formula o problema e introduz o recorte temporal. O segundo passo trata do passado colonial, seus legados e do intelectual orgânico da Igreja Católica. O terceiro trata do longo século XIX que vai de 1780 a 1930, o período após a hegemonia jesuítica na vida intelectual do Brasil em que predomina o intelectual estrangeirado. O quarto passo trata do processo de modernização

---

<sup>1</sup> Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5721337342296091>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5275-5761>

da indústria cultural e das instituições estatais em que se consolida a filosofia como campo no Brasil através do surgimento das figuras do *scholar* transplantado para o país e do intelectual público humanista. O quinto passo examina a formação de um sistema de obras filosóficas, os *scholars* brasileiros e os filósofos intelectuais públicos. O sexto passo trata das perspectivas, da consolidação do campo da filosofia no país nos últimos cinquenta anos e daquilo que o Brasil ainda não possui, um filósofo intelectual cosmopolita.

O primeiro ponto importante do livro é uma discussão abalizada, teórica-conceitual e histórica, de conceitos de intelectuais que, se não constituem uma taxonomia, contribuem para refletir sobre os tipos de intelectuais. Os passos do livro se organizam em uma linha de tipos de intelectual hegemônico em cada período: na colônia, há o intelectual orgânico da Igreja Católica; após a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses temos o intelectual estrangeirado, diletante, autodidata. Somente com a modernização cultural dos anos 1930 temos a transplantação para o Brasil de *scholar* estrangeiros e com estes, nos primeiros cursos universitários de filosofia, dos *scholars* brasileiros, dos quais alguns deles exercem atividades políticas enquanto filósofos intelectuais públicos - o autor destaca Marilena Chauí e Artur Gianotti. As vantagens dessa classificação/periodização são duas: i) destaca a inovação na divisão intelectual do trabalho em que temos uma crescente especialização da atividade filosófica - pois o padre, teólogo, se ocupa de filosofia entre outras atividades, enquanto o *scholar* é um filósofo especializado na produção de *papers*, teses e livros de filosofia; ii) revela a crescente autonomia da filosofia no Brasil em relação a correntes teóricas europeias - por exemplo, os jesuítas do período colonial fariam parte de uma tradição escolástica cosmopolita, enquanto os *scholars* criam, com rigor e sistematicidade ausentes nos diletantes e autodidas estrangeirados, adaptações brasileiras da fenomenologia, da filosofia analítica e da hermenêutica. A existência de tipos mistos como Leonardo Boff - um intelectual público e um teólogo da libertação que dificilmente pode ser definido como intelectual orgânico da Igreja Católica - não enfraquece a categorização de Domingues, mas alerta que a mesma é uma tentativa de periodização. Raramente na história intelectual temos esforços de criação de categorias e periodizações tão amplos. O ponto forte do autor é, sem dúvida, a diferenciação das funções - que geralmente são compartilhadas - entre *scholar* e intelectual público. Enquanto o primeiro diz respeito a uma função exercida na divisão intelectual do trabalho - trata-se do

professor e pesquisador universitário especializado em algum campo da filosofia -, o segundo se refere a filósofos que têm uma notória atuação política na vida pública.

O autor baseia sua discussão sobre filosofia no conceito de sistema de obras tal qual foi desenvolvido por Antônio Candido em *Formação da literatura brasileira*. É notável que Domingues, ao tratar do problema da formação de uma filosofia no Brasil se baseie em um conceito pensado a partir de um clássico da história da literatura brasileira. Todavia, o conceito tem a desvantagem de pensar a filosofia como um sistema único ligado a uma dinâmica editorial - já que parte das revistas e dos anais que divulgam os *papers* de filosofia não são ligados à indústria editorial como o são, por exemplo, livros comerciais de filosofia. O autor, aliás, é sensível a alguns aspectos do sistema da filosofia, como as traduções, as coleções de divulgação do pensamento de grandes filósofos e as histórias da filosofia para público geral. Nesse sentido, uma teoria dos polissistemas, tal qual trabalhada por Itamar Even-Zohar, seria mais adequada para dar conta dos sistemas filosóficos não acadêmicos - como as revistas de divulgação, os crescentes blogs e canais do Youtube, documentários, livros de filosofia escritos por autodidatas, livros didáticos e coleções como *Os Pensadores* da Abril Cultural, *O pensamento vivo* e livros de filósofos da coleção *A obra prima de cada autor*, ambas da editora Martin Claret, ou as várias coleções de obras de divulgação e tradução da editora Escala. A limitação do sistema literário em oposição ao polissistema é homogeneizar a produção ao mesmo tempo em que há uma hierarquia e uma diferenciação. A distinção entre uma filosofia dos professores de filosofia e uma filosofia de massas pode ser percebida mesmo nas traduções onde o mesmo título, geralmente de algum clássico, tem inúmeras traduções, anotadas ou não, mas algumas são mais respeitáveis que outras. A vantagem da teoria dos polissistemas de Even-Zohar é que é possível tratar das diferenciações dos sistemas sem hierarquizá-los, na medida em que não há um centro, mas vários. Na leitura do livro de Domingues, nota-se que o centro da filosofia no Brasil é a pós-graduação, mas isso não é uma realidade para boa parte do mercado editorial de filosofia. Além disso, o polissistema rompe com a noção fechada de autor-texto-leitor e permite pensar documentários, entrevistas, eventos, congressos, exposições e performances teatrais como literatura - no caso, o mesmo pode ser adaptado para a filosofia.

O problema da colonialidade - conceito que não norteia o autor no livro - é outro tema importante, sobretudo, para usar os termos de Domingues, se pensarmos que *Filosofia no Brasil* é não só uma obra de história intelectual da filosofia no Brasil, mas também uma intervenção

na cidade. Se a discussão do eurocentrismo aflige mais ou menos as ciências sociais e as humanas, ler *Filosofia no Brasil* à luz do problema da questão nacional, para usar um termo mais ou menos em desuso, é um exercício enriquecedor. Primeiro, porque Domingues lida com o problema do legado colonial em boa parte da obra. Apenas uma pequena parte do livro trata da consolidação de uma filosofia no Brasil, a maior parte das páginas se dedica, com dados quantitativos e uma revisão bibliográfica profunda, do momento em que não há uma filosofia no Brasil. Duas questões importantes caras aos historiadores podem ser levantadas no texto. A primeira delas é uma relação estreita com os clássicos, especialmente Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado e Gilberto Freyre, mobilizados por Domingues para pensar a herança colonial, quando estes trabalhos, enquanto pesquisa histórica, já estão desatualizados, sobretudo pelos novos estudos de história social e econômica que demonstram a importância do mercado interno na colônia. A ausência, mesmo a impossibilidade de uma filosofia na América Portuguesa se deve, talvez, menos por ela estar voltada para o exterior, enquanto colônia - uma tese cara aos autores que trataram da monocultura escravista exportadora - e mais por ela estar voltada para si mesma.

Outra questão relevante para pensar o problema da filosofia na colônia seria a perspectiva da história comparada: são notáveis duas possibilidades de comparação com a realidade brasileira e com a questão da herança colonial. A primeira seria tratar da mesma problemática em situações contemporâneas da América, especialmente das colônias hispânicas, francesas e britânicas. A possibilidade de uma história intelectual comparada da filosofia em realidades coloniais dessas situações é fascinante e o livro de Domingues abre essa possibilidade. Outra é a comparação com colônias - e Estados independentes - em África e como os intelectuais de países africanos - de realidades várias - lidaram com a questão da filosofia. Domingues já discute a questão do iberismo e do americanismo em *Filosofia no Brasil*, e uma história intelectual comparada que levasse em conta também o latino-americanismo e o africanismo seria extremamente relevante para pensar a questão da colonialidade do saber.

O livro de Domingues também faz pensar sobre uma outra aproximação entre a filosofia e a historiografia. Entre historiadores da historiografia há um relativo consenso sobre a profissionalização da atividade do historiador a partir dos anos 1970 com a criação e consolidação dos programas de pós-graduação no Brasil, tese análoga à do autor em relação à

formação de uma filosofia no Brasil. A diferença é que enquanto Domingues e a comunidade filosófica tem dificuldade para aceitar a ideia de uma filosofia no Brasil antes dos anos 1930, os da história da historiografia tem uma certa tranquilidade em atribuir a homens de letras do passado como Capistrano de Abreu, Pedro Calmon, Vanhargen, o epíteto de historiadores e em considerar seus trabalhos como historiografia. Diante da dificuldade para tratar de alguns deles ou mesmo de outros intelectuais - como Gilberto Freyre para alguns mais rigorosos e Euclides da Cunha - enquanto autores de historiografia, uma saída foi o uso de conceitos mais amplos como consciência histórica, concepções históricas, pensamento histórico ou o mais abrangente deles, o de cultura histórica, que permite investigar obras de sociologia, ensaios e mesmo romances e outros tipos de ficção como obras de história. Uma história intelectual que mantivesse o cuidado conceitual de Domingues sobre a presença de uma filosofia no Brasil antes de 1930 poderia pensar a existência, entretanto, de uma cultura filosófica? Trata-se de uma possibilidade de trabalho em uma zona de fronteira - entre filosofia e historiografia - ainda pouco explorada.

O objetivo dessa resenha não foi apontar o que Domingues poderia ter feito, já que um empreendimento de fôlego e profundidade é menos uma obra de um bom pesquisador e mais um trabalho de amadurecimento teórico e empírico (!?) que poucas outras penas talvez tivessem condições de realizar. Aqui se busca mais provocar as inúmeras possibilidades que a leitura da obra abre na zona crescente que é a fronteira multidisciplinar entre historiografia, história da filosofia e história das ciências. É possível que, se *Filosofia no Brasil* fosse um estudo de história da filosofia, as questões acima levantadas e inúmeras outras possíveis talvez não surgissem de sua leitura. No entanto, é um denso trabalho de história intelectual da filosofia e como tal, dialoga com a sociologia da cultura e com a história da cultura de modo geral. O livro também é contemporâneo e surge num momento de crescimento dos estudos de história da historiografia de modo particular e do crescimento dessa zona fronteira supracitada em geral. Oportuno, necessário e instigante, seria uma forma de definir a leitura desse trabalho que, oxalá, se torne um ponto de partida para a intensificação do diálogo interdisciplinar entre historiadores da cultura e da intelectualidade e filósofos historiadores da filosofia.